



Associação de Moradores das Lameiras
Vila Nova de Famalicão

Contas do Exercício de 2014
Aprovadas por unanimidade
Em Assembleia – geral em 23 de
Março de 2015

RÚBRICAS	NOTAS	DATAS	
		31 DEZ 2014	31 DEZ 2013
ACTIVO			
Activo não corrente			
Activos fixos tangíveis	5	2.667.547,14	2.736.227,40
Bens do património histórico e artístico e cultural		0,00	0,00
Propriedades de investimento		0,00	0,00
Activos intangíveis		0,00	0,00
Investimentos financeiros	17.1	178,22	0,00
Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros		0,00	0,00
		2.667.725,36	2.736.227,40
Activo corrente			
Inventários	9	1.660,06	7.352,05
Clientes	17.2	4.865,36	0,00
Adiantamentos a fornecedores		0,00	0,00
Estado e outros entes públicos	17.9	2.474,97	4.019,78
Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros		0,00	0,00
Outras contas a receber	17.3	48.606,08	112.805,61
Diferimentos		0,00	0,00
Outros activos financeiros		0,00	535.500,00
Caixa e depósitos bancários	17.6	1.801.179,70	1.200.649,98
		1.858.786,17	1.860.327,42
Total do activo		4.526.511,53	4.596.554,82
FUNDOS PATRIMONIAIS E PASSIVO			
Fundos patrimoniais			
Fundos	17.7	5.437,45	5.437,45
Excedentes técnicos		0,00	0,00
Reservas		0,00	0,00
Resultados transitados	17.7	2.380.553,31	2.192.137,37
Excedentes de revalorização		0,00	0,00
Outras variações nos fundos patrimoniais	17.7	1.882.251,71	1.930.917,20
		4.268.242,47	4.128.492,02
Resultado líquido do período		25.306,77	188.415,94
Total do fundo de capital		4.293.549,24	4.316.907,96
Passivo			
Passivo não corrente			
Provisões		0,00	0,00
Provisões específicas		0,00	0,00
Financiamentos obtidos		0,00	0,00
Outras contas a pagar		0,00	0,00
		0,00	0,00
Passivo corrente			
Fornecedores	17.8	24.904,63	0,00
Adiantamentos de Clientes		0,00	0,00
Estado e outros entes públicos	17.9	27.289,73	24.992,93
Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros		0,00	0,00
Financiamentos obtidos		0,00	0,00
Diferimentos	17.4	8.054,01	65.994,60
Outras contas a pagar	17.10	172.713,92	188.659,33
Outros passivos financeiros		0,00	0,00
		232.962,29	279.646,86
Total do passivo		232.962,29	279.646,86
Total dos fundos patrimoniais e do passivo		4.526.511,53	4.596.554,82

A Direcção
Jorge Faria
António Silva

O TOC N.º 80776
Liliana Araújo

AML-ASSOCIAÇÃO DE M.LAMEIRAS
 DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZAS
 PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014

Contribuinte: 501455752

Moeda: EUROS

RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	PERÍODOS	
		2014	2013
Vendas e serviços prestados	10	503.549,63	493.251,90
Subsídios, doações e legados à exploração	12	1.157.266,19	1.221.345,96
Variação nos inventários da produção		0,00	0,00
Trabalhos para a própria entidade		0,00	0,00
Custos das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	9	237.879,10	228.438,13
Fornecimentos e serviços externos	17.12	320.104,79	322.753,51
Gastos com o pessoal	15	1.105.400,51	1.069.532,92
Ajustamentos de inventários (perdas/reversões)		0,00	0,00
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)		0,00	0,00
Provisões (aumentos/reduções)		0,00	0,00
Provisões específicas (aumentos/reduções)		0,00	0,00
Outras imparidades (perdas/reversões)		0,00	0,00
Aumentos/reduções de justo valor		0,00	0,00
Outros rendimentos e ganhos	17.13	138.129,99	187.964,43
Outros gastos e perdas	17.14	31.563,49	29.767,75
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento de impostos		103.997,92	252.069,98
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	5	115.019,05	112.093,66
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		-11.021,13	139.976,32
Juros e rendimentos similares obtidos	17.15	36.327,90	48.487,68
Juros e gastos similares suportados	17.15	0,00	48,06
Resultados antes de impostos		25.306,77	188.415,94
Imposto sobre o rendimento do período		0,00	0,00
Resultado líquido do período		25.306,77	188.415,94

A Direção
 Jorge Furia

O TOC N.º 80776

Liliana Araújo

António Sá

António Ventura Silva

AML-ASSOCIAÇÃO DE M.LAMEIRAS
DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA
PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014

Moeda : (Valores em Euros)

RÚBRICAS	NOTAS	DATAS	
		2014	2013
Fluxos de caixa das actividades operacionais - método directo			
Recebimentos de Clientes e Utentes		523.284,70	510.995,51
Pagamentos de subsídios		0,00	0,00
Pagamentos de apoios		0,00	0,00
Pagamentos de bolsas		0,00	0,00
Pagamentos a fornecedores		-499.173,17	-514.153,47
Pagamentos ao pessoal		-716.940,54	-699.154,77
Caixa gerada pelas operações		-692.829,01	-702.312,73
Pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento		-79.731,99	-76.102,31
Outros recebimentos/pagamentos		847.601,61	1.016.903,68
Fluxos de caixa das actividades operacionais (1)		75.040,61	238.488,64
Fluxos de caixa das actividades de investimento			
Pagamentos respeitantes a:			
Activos fixos tangíveis		-46.338,79	-35.563,31
Activos intangíveis		0,00	0,00
Investimentos financeiros		0,00	0,00
Outros activos		0,00	0,00
Recebimentos provenientes de:			
Activos fixos tangíveis		0,00	0,00
Activos intangíveis		0,00	0,00
Investimentos financeiros		0,00	0,00
Outros activos		0,00	0,00
Subsídios ao investimento		0,00	0,00
Juros e rendimentos similares		0,00	0,00
Dividendos		0,00	0,00
Fluxos de caixa das actividades de investimento (2)		-46.338,79	-35.563,31
Fluxos de caixa das actividades de financiamento			
Recebimentos provenientes de:			
Financiamentos obtidos		0,00	0,00
Realização de fundos		0,00	0,00
Cobertura de prejuízos		0,00	0,00
Doações		0,00	0,00
Outras operações de financiamentos		36.327,90	48.487,68
Pagamentos respeitantes a:			
Financiamentos obtidos		0,00	-10.000,00
Juros e gastos similares		0,00	-48,06
Dividendos		0,00	0,00
Redução de fundos		0,00	0,00
Outras operações de financiamento		0,00	0,00
Fluxos de caixa das actividades de financiamento (3)		36.327,90	38.439,62
Variação de caixa e seus equivalentes (1+2+3)		65.029,72	241.364,95
Efeito das diferenças de câmbio		0,00	0,00
Caixa e seus equivalentes no início do período		1.200.649,98	539.285,03
Caixa e seus equivalentes no fim do período		1.801.179,70	1.200.649,98

A Direcção

Jorge Faria

A TOC N.º 80776

Liliana Araújo

António Silva

António António Silva

F3M - Information Systems, SA

Processado por Computador

AML-ASSOCIAÇÃO DE MORADORES DAS LAMEIRAS

Anexo

28 de Fevereiro de 2015

Índice

1	Identificação da Entidade	4
2	Referencial Contabilístico de Preparação das Demonstrações Financeiras	5
3	Principais Políticas Contabilísticas	7
3.1	Bases de Apresentação	7
3.2	Políticas de Reconhecimento e Mensuração	9
4	Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros:.....	17
5	Activos Fixos Tangíveis.....	17
6	Activos Intangíveis	19
7	Locações.....	19
8	Custos de Empréstimos Obtidos.....	19
9	Inventários	19
10	Rédito.....	20
11	Provisões, passivos contingentes e activos contingentes.....	20
12	Subsídios do Governo e apoios do Governo	20
13	Efeitos de alterações em taxas de câmbio.....	20
14	Imposto sobre o Rendimento	21
15	Benefícios dos empregados	21
16	Divulgações exigidas por outros diplomas legais.....	21
17	Outras Informações	21
17.1	Investimentos Financeiros	21
17.2	Clientes e Utentes.....	22
17.3	Outras contas a receber.....	22
17.4	Diferimentos	23
17.5	Outros Activos Financeiros	23
17.6	Caixa e Depósitos Bancários	23
17.7	Fundos Patrimoniais	23
17.8	Fornecedores.....	23
17.9	Estado e Outros Entes Públicos	24
17.10	Outras Contas a Pagar.....	24
17.11	Subsídios, doações e legados à exploração	24
17.12	Fornecimentos e serviços externos	25
17.13	Outros rendimentos e ganhos	25
17.14	Outros gastos e perdas	25

17.15 Resultados Financeiros	26
17.16 Acontecimentos após data de Balanço.....	26

1 Identificação da Entidade

A "AML-ASSOCIAÇÃO DE MORADORES DAS LAMEIRAS" é uma instituição sem fins lucrativos, constituída sob a forma de IPSS - Instituição Particular de Solidariedade Social, com estatutos publicados no Diário da República, 2ª Série - N.º 124 de 30/06/08, com sede em Rua Associação de Moradores das Lameiras, S/N, Antas, Vila Noda de Famalicão. A Associação orientará a sua acção na promoção da solidariedade social, educação, habitação, saúde, cultura e desporto a partir da infância, juventude, família e terceira idade.

O seu objectivo específico é promover e defender o bem-estar da população, principalmente os mais frágeis da sociedade prestando serviços de qualidade, com a manutenção, criação e gestão de estruturas sociais e educativas, cujos principais fins estão consagrados pela Segurança Social e descritos no ponto A). Prossegue ainda, como fins secundários os descritos nos pontos B), C), e D):

A) "Centro Social das Lameiras" criado em 1985, que acolhe diversas respostas sociais e serviços à comunidade repartido por três sectores abaixo indicados:

1 - Sector infanto-juvenil: Berçário, Creche, Jardim-de-infância - Pré-escolar, CATL -Centro de Actividades dos Tempos Livres, colónias balneares e campos de férias;

2 - Sector da terceira idade: Lar para idosos, SAD - Serviços de Apoio Domiciliário, Centro de Dia, mini-residências de apoio e retaguarda a idosos, bem como serviços especializados de geriatria;

3 - Sector de Serviços à Comunidade: GAAS - Gabinetes de Atendimento e Acompanhamento Social para os residentes das freguesias abrangidas pela área de intervenção atribuída pela Segurança Social; "Casa Abrigo" para mulheres e crianças vítimas de violência doméstica; GSEL - Gabinete Social do Edifício das Lameiras, para atendimento das famílias residentes no Complexo habitacional e social das Lameiras.

B) - Cultura e Desporto

1 - No âmbito da Cultura, através da secção cultural a AML tem em funcionamento o grupo TELA - Teatro Experimental das Lameiras, o "Lameiras", Boletim Cultural e Informativo da

Associação de Moradores das Lameiras, a Biblioteca de pequena comunidade, o Grupo Coral, podendo ainda criar outros grupos para o desenvolvimento cultural da população, que se regem por regulamentos aprovados pela Direcção;

2 - Grupo Desportivo da AML, com várias modalidades amadoras, fundado em 23 de Janeiro de 1985, que se rege por um Regulamento aprovado pela Direcção;

C) - Habitação

1. - A AML pode adquirir, construir, arrendar e gerir habitações que satisfaçam a população mais carenciada e contribuam como fontes alternativas de sustentabilidade da instituição;

2. - No âmbito do ponto anterior, pode gerir bairros sociais e condomínios.

D) - Saúde

A AML desenvolverá iniciativas que contribuam para encontrar novas respostas no campo da saúde, que conduzam ao bem-estar e qualidade de vida da pessoa idosa, podendo criar e gerir um Centro de Geriatria, que será definido em regulamento a aprovar pela Direcção.

2 Referencial Contabilístico de Preparação das Demonstrações Financeiras

Em 2012 as Demonstrações Financeiras foram elaboradas no pressuposto da continuidade das operações a partir dos livros e registos contabilísticos da Entidade e de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para as Entidades do Sector Não Lucrativo (NCRF-ESNL) aprovado pelo Decreto-Lei n.º 36-A/2011 de 9 de Março.

- Bases para a Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF);
- Modelos de Demonstrações Financeiras (MDF) – Portaria n.º 105/2011 de 14 de Março;
- Código de Contas (CC) – Portaria n.º 106/2011 de 14 de Março;
- NCRF-ESNL – Aviso n.º 6726-B/2011 de 14 de Março;
- Normas Interpretativas (NI)

A adopção da NCRF-ESNL ocorreu pela primeira vez em 2012, pelo que à data da transição do referencial contabilístico anterior (Plano de Contas das Instituições Particulares de Solidariedade Social) para este normativo é 1 de Janeiro de 2011, conforme o estabelecido no § 5 Adopção pela primeira vez da NCRF-ESNL.

Assim, a Entidade preparou o Balanço de abertura de 1 de Janeiro de 2012 aplicando as disposições previstas na NCRF-ESNL. As Demonstrações Financeiras de 2011 que foram preparadas e aprovadas, de acordo com o referencial contabilístico em vigor naquela altura, foram alteradas de modo a que haja comparabilidade com as Demonstrações Financeiras de 2011.

Os efeitos no Balanço de 31/12/2011, da conversão das Demonstrações Financeiras preparadas de acordo com o POCIPSS para as Demonstrações Financeiras, em conformidade com a NCRF – ESNL, detalham-se como se segue:

Unidade
Monetária :
EURO

Balanço em 31 de Dezembro de 2011 reexpresso de acordo com a NCRF - ESNL

Rubricas	31-12-2011		
	PCIPSS	Ajustamentos	NCRF - ESNL
ACTIVOS			
<u>Activo não corrente</u>			
Activos fixos tangíveis	2.860.528,90		2.860.528,90
Bens do património históricos e cultural	0,00		0,00
Activos intangíveis	4.220,74	(4.220,74)	0,00
Investimentos financeiros	0,00		0,00
	2.864.749,64		2.860.528,90
<u>Activo corrente</u>			
Inventários	18.391,13		18.391,13
Clientes	0,00		0,00
Estado e outros entes públicos	0,00		0,00
Outras contas a receber	70.485,04		70.485,04
Diferimentos	0,00		
Outros activos financeiros	856.000,00		856.000,00
Caixa e depósitos bancários	554.354,51		554.354,51
	1.499.230,68		1.499.230,68
Total do activo	4.363.980,32		4.359.759,58
FUNDOS PATRIMONIAIS E PASSIVO			
Fundos Patrimoniais			
Fundos	5.437,45		5.437,45
Resultados transitados	1.990.336,22	4.220,74	1.986.115,48

Outras variações nos Fundos Patrimoniais	0,00	2.088.218,02	2.088.218,02
	1.995.773,67		4.079.770,95
Resultado líquido do período	51.985,92		51.985,92
Total do fundo de capital	2.047.759,59		4.131.756,87
PASSIVO			
<u>Passivo não corrente</u>			
Financiamentos obtidos	0,00		10.000,00
	0,00		10.000,00
<u>Passivo corrente</u>			
Fornecedores	0,00		
Estados e outros entes públicos	22.304,28		22.304,28
Financiamentos obtidos	40.000,00		30.000,00
Diferimentos	2.088.218,02	(2088218,02)	0,00
Outras contas a pagar	165.698,43		165.698,43
	2.316.220,73		218.002,71
Total do passivo	2.316.220,73		228.002,71
Total do capital próprio e do passivo	4.363.980,32		4.359.759,58

3 Principais Políticas Contabilísticas

As principais políticas contabilísticas aplicadas pela Entidade na elaboração das Demonstrações Financeiras foram as seguintes:

3.1 Bases de Apresentação

As Demonstrações Financeiras foram preparadas de acordo com as Bases de Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF)

3.1.1 Continuidade:

Com base na informação disponível e as expectativas futuras, a Entidade continuará a operar no futuro previsível, assumindo não há a intenção nem a necessidade de liquidar ou de reduzir consideravelmente o nível das suas operações. Para as Entidades do Sector Não Lucrativo, este pressuposto não corresponde a um conceito económico ou financeiro, mas sim à manutenção da actividade de prestação de serviços ou à capacidade de cumprir os seus fins.

3.1.2 Regime do Acréscimo (periodização económica):

Os efeitos das transacções e de outros acontecimentos são reconhecidos quando eles ocorram (satisfeitas as definições e os critérios de reconhecimento de acordo com a estrutura conceptual, independentemente do momento do pagamento ou do recebimento) sendo registados contabilisticamente e relatados nas demonstrações financeiras dos períodos com os quais se relacionem. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos são registados respectivas contas das rubricas “Devedores e credores por acréscimos” e “Diferimentos”.

3.1.3 Consistência de Apresentação

As Demonstrações Financeiras estão consistentes de um período para o outro, quer a nível da apresentação quer dos movimentos contabilísticos que lhes dão origem, excepto quando ocorrem alterações significativas na natureza que, nesse caso, estão devidamente identificadas e justificadas neste Anexo. Desta forma é proporcionada informação fiável e mais relevante para os utentes.

3.1.4 Materialidade e Agregação:

A relevância da informação é afectada pela sua natureza e materialidade. A materialidade depende da quantificação da omissão ou erro. A informação é material se a sua omissão ou inexactidão influenciarem as decisões económicas tomadas por parte dos utentes com base nas demonstrações financeiras influenciarem. Itens que não são materialmente relevante para justificar a sua apresentação separada nas demonstrações financeiras podem ser materialmente relevante para que sejam discriminados nas notas deste anexo.

3.1.5 Compensação

Devido à importância dos activos e passivos serem relatados separadamente, assim como os gastos e os rendimentos, estes não devem ser compensados.

3.1.6 Informação Comparativa

A informação comparativa deve ser divulgada, nas Demonstrações Financeiras, com respeito ao período anterior. Respeitando ao Princípio da Continuidade da Entidade, as políticas contabilísticas devem ser levados a efeito de maneira consistente em toda a Entidade e ao longo do tempo e de maneira consistente. Procedendo-se a alterações das políticas

contabilísticas, as quantias comparativas afectadas pela reclassificação devem ser divulgadas, tendo em conta:

- A natureza da reclassificação;
- A quantia de cada item ou classe de itens que tenha sido reclassificada; e
- Razão para a reclassificação.

3.2 Políticas de Reconhecimento e Mensuração

3.2.1 Activos Fixos Tangíveis

Os “Activos Fixos Tangíveis” encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das depreciações e das perdas por imparidade acumuladas. O custo de aquisição ou produção inicialmente registado, inclui o custo de compra, quaisquer custos directamente atribuíveis às actividades necessárias para colocar os activos na localização e condição necessárias para operarem da forma pretendida e, se aplicável, a estimativa inicial dos custos de desmantelamento e remoção dos activos e de restauração dos respectivos locais de instalação ou operação dos mesmos que a Entidade espera vir a incorrer.

Os activos que foram atribuídos à Entidade a título gratuito encontram-se mensurados ao seu justo valor, ao valor pelo qual estão segurados ou ao valor pelo qual figuravam na contabilidade.

As despesas subsequentes que a Entidade tenha com manutenção e reparação dos activos são registadas como gastos no período em que são incorridas, desde que não sejam susceptíveis de gerar benefícios económicos futuros adicionais

As depreciações são calculadas, assim que os bens estão em condições de ser utilizado, pelo método da linha recta/do saldo decrescente/das unidades de produção em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos períodos de vida útil estimada que se encontra na tabela abaixo:

Descrição	Vida útil estimada (anos)
Edifícios e outras construções	50
Equipamento básico	6
Equipamento de transporte	5
Equipamento administrativo	6
Outros Activos fixos tangíveis	6

A Entidade revê anualmente a vida útil de cada activa, assim como o seu respectivo valor residual quando este exista.

As mais ou menos valias provenientes da venda de activos fixos tangíveis são determinadas pela diferença entre o valor de realização e a quantia escriturada na data de alienação, as sendo que se encontra espelhadas na Demonstração dos Resultados nas rubricas “Outros rendimentos operacionais” ou “Outros gastos operacionais”.

3.2.2 Bens do património histórico e cultural

(Não se aplica)

3.2.3 Propriedades de Investimento

Incluem essencialmente edifícios e outras construções detidos para obter rendimento e/ou valorização do capital. Estes activos não se destinam à produção de bens ou aos fornecimento de serviços. Também não se destinam a fins administrativos ou para venda no decurso da actividade corrente dos negócios.

As “Propriedades de Investimento” são registadas pelo seu justo valor determinado por avaliação anual efectuada por Entidade especializada independente. São reconhecidas directamente na Demonstração dos Resultados, na rubrica “Aumentos/reduções de justo valor”, as variações no justo valor das propriedades de investimento.

Só após o início da utilização dos activos qualificados como propriedades de investimento é que são reconhecidos como tal. Estes são registados pelo seu custo de aquisição ou de produção na rubrica “Propriedades de investimento em desenvolvimento” até à conclusão da construção ou promoção do activo.

Assim que terminar o referido período de construção ou promoção a diferença entre o custo de construção e o justo valor é contabilizada como “Variação de valor das propriedades de investimento”, que tem reflexo directo na Demonstração dos Resultados.

As despesas com manutenção, reparação, seguros, Imposto Municipal sobre Imóveis, entre outros que decorram da utilização, são reconhecidas nas respectivas rubricas da Demonstração dos Resultados. No entanto as benfeitorias que se prevê gerarem benefícios económicos futuros acrescem ao valor das Propriedades de Investimento.

3.2.4 Activos Intangíveis

Os “Activos Intangíveis” encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das amortizações e de eventuais perdas por imparidade acumuladas. São reconhecidos apenas quando for provável que deles advenham benefícios económicos futuros para a Entidade e que os mesmos possam ser mensurados com fiabilidade.

São registadas como gastos do período as “Despesas de investigação” incorridas com novos conhecimentos técnicos.

As despesas de desenvolvimento são capitalizadas sempre que a Entidade demonstre capacidade para completar o seu desenvolvimento e dar início à sua comercialização ou utilização e para as quais seja provável gerar benefícios económicos futuros. Caso não sejam cumpridos estes critérios, são registados como gastos do período.

As amortizações são calculadas, assim que os activos estejam em condições de ser utilizado, pelo método da linha recta/do saldo decrescente em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

O valor residual de um “Activo Intangível” com vida útil finita deve ser assumido como sendo zero, excepto se:

- Houver um compromisso de um terceiro de comprar o activo no final da sua vida útil, ou
- Houver um mercado activo para este activo, e
- Seja provável que tal mercado exista no final da sua vida útil.

3.2.5 Investimentos financeiros

Sempre que a Entidade tenha uma influência significativa, em empresas associadas, ou exerça o controlo nas decisões financeiras e operacionais, os “Investimentos Financeiros” são registados pelo Método da Equivalência Patrimonial (MEP). Geralmente traduz-se num investimento com uma representação entre 20% a 50% do capital de outra Entidade.

Pelo MEP as participações são registadas pelo custo de aquisição, havendo a necessidade de ajustar tendo em conta os resultados líquidos das empresas associadas ou participadas. Este

ajuste é efectuado por contrapartida de gastos ou rendimentos do período e pelos dividendos recebidos, líquido de perdas por imparidade acumuladas.

Aquando da aquisição da participação pode-se verificar um Goodwill, isto é, o excesso do custo de aquisição face ao justo valor dos capitais próprios na percentagem detida, ou um Badwill (ou Negative Goodwill) quando a diferença seja negativa. O Goodwill encontra-se registado separadamente numa subconta própria do investimento, sendo necessário, na data de Balanço, efectuar uma avaliação dos investimentos financeiros quando existam indícios de imparidade. Havendo é realizada uma avaliação quanto à recuperabilidade do valor líquido do Goodwill, sendo reconhecida uma perda por imparidade se o valor deste exceder o seu valor recuperável.

Se o custo de aquisição for inferior ao justo valor dos activos líquidos da subsidiária adquirida, a diferença é reconhecida directamente em resultados do período. O ganho ou perda na alienação de uma Entidade inclui o valor contabilístico do Goodwill relativo a essa Entidade, excepto quando o negócio a que esse Goodwill está afecto se mantenha a gerar benefícios para a Entidade.

De acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro 12 – Imparidade de Activos, o Goodwill não é amortizado, estando sujeito, como referido, a testes anuais de imparidade. Estas perdas por imparidade não são reversíveis.

3.2.6 Inventários

Os “Inventários” estão registados ao menor de entre o custo de aquisição e o valor realizável líquido. O valor realizável líquido representa o preço de venda estimado deduzido de todos os custos estimados necessários para a concluir os inventários e proceder à sua venda. Sempre que o valor de custo é superior ao valor realizável líquido, a diferença é registada como uma perda por imparidade.

A Entidade adopta como método de custeio dos inventários o custo médio ponderado ou o FIFO (first in, first out). Os Inventários que não sejam geralmente intermutáveis deve ser atribuído custos individuais através do uso de identificação específica.

Os produtos e trabalhos em curso encontram-se valorizados ao custo de produção, que inclui o custo dos materiais incorporados, mão-de-obra directa e gastos gerais.

Os Inventários que a Entidade detém, mas que destinam-se a contribuir para o desenvolvimento das actividades presentes e futuras ou os serviços que lhes estão associados

não estão directamente relacionados com a capacidade de para ela gerar fluxos de caixa, estão mensurados pelo custo histórico ou custo corrente, o mais baixo dos dois. Pois estes s da Entidade ou os ser

3.2.7 Instrumentos Financeiros

Os activos e passivos financeiras são reconhecidos apenas e só quando se tornam uma parte das disposições contratuais do instrumento.

Este ponto é aplicável a todos “Instrumentos Financeiros” com excepção:

- Investimentos em subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos;
- Direitos e obrigações no âmbito de um plano de benefícios a empregados;
- Direitos decorrentes de um contrato de seguro excepto se o contrato de seguro resulte numa perda para qualquer das partes em resultado dos termos contratuais que se relacionem com:
 - Alterações no risco segurado;
 - Alterações na taxa de câmbio;
 - Entrada em incumprimento de uma das partes;
 - Locações, excepto se resultar perda para o locador ou locatário como resultado:
 - Alterações no preço do bem locado;
 - Alterações na taxa de câmbio
 - Entrada em incumprimento de uma das contrapartes

Fundadores/beneméritos/patrocionadores/doadores/associados/membros

As quotas, donativos e outras ajudas similares procedentes de fundadores/beneméritos/patrocionadores/doadores/associados/membros que se encontram com saldo no final do período sempre que se tenham vencido e possam ser exigidas pela entidade estão registados no activo pela quantia realizável.

Cientes e outras contas a Receber

Os “Clientes” e as “Outras contas a receber” encontram-se registadas pelo seu custo estando deduzidas no Balanço das Perdas por Imparidade, quando estas se encontram reconhecidas, para assim retratar o valor realizável líquido.

As “Perdas por Imparidade” são registadas na sequência de eventos ocorrido que apontem de forma objectiva e quantificável, através de informação recolhida, que o saldo em dívida não será recebido (total ou parcialmente). Estas correspondem à diferença entre o montante a receber e respectivo valor actual dos fluxos de caixa futuros estimados, descontados à taxa de juro efectiva inicial, que será nula quando se perspectiva um recebimento num prazo inferior a um ano.

Estas rubricas são apresentadas no Balanço como Activo Corrente, no entanto nas situações em que a sua maturidade é superior a doze meses da data de Balanço, são exibidas como Activos não Correntes.

Outros activos e passivos financeiros

Os instrumentos financeiros cuja negociação ocorra em mercado líquido e regulamentado, são mensurados ao justo valor, sendo as variações reconhecidas deste por contrapartida de resultados do período.

Os custos de transacção só podem ser incluídos na mensuração inicial do activo ou passivo financeiro, quando mensurados ao custo menos perda por imparidade.

À data de relato a Entidade avalia todos os seus activos financeiros que não estão mensurados ao justo valor por contrapartida de resultados. Havendo evidência objectiva de que se encontra em imparidade, esta é reconhecida nos resultados. Cessando de estar em imparidade, é reconhecida a reversão.

Os Activos e Passivos Financeiros são desreconhecidos da forma que se encontra prevista na Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Pequenas Entidades (NCRF-PE)

Caixa e Depósitos Bancários

A rubrica “Caixa e depósitos bancários” inclui caixa e depósitos bancários de curto prazo que possam ser imediatamente mobilizáveis sem risco significativo de flutuações de valor.

Fornecedores e outras contas a pagar

As dívidas registadas em “Fornecedores” e “Outras contas a pagar” são contabilizadas pelo seu valor nominal.

3.2.8 Fundos Patrimoniais

A rubrica “Fundos” constitui o interesse residual nos activos após dedução dos passivos.

Os “Fundos Patrimoniais” são compostos por:

- fundos atribuídos pelos fundadores da Entidade ou terceiros;
- fundos acumulados e outros excedentes;
- subsídios, doações e legados que o governo ou outro instituidor ou a norma legal aplicável a cada entidade estabeleçam que sejam de incorporar no mesmo

3.2.9 Provisões

Periodicamente, a Entidade analisa eventuais obrigações que advenham de pretéritos acontecimentos e dos quais devam ser objecto de reconhecimento ou de divulgação. Assim, a Entidade reconhece uma Provisão quando tem uma obrigação presente resultante de um evento passado e do qual seja provável que, para a liquidação dessa obrigação, ocorra um exfluxo que seja razoavelmente estimado.

O valor presente da melhor estimativa na data de relato dos recursos necessários para liquidar a obrigação é o montante que a Entidade reconhece como provisão, tendo em conta os riscos e incertezas intrínsecos à obrigação.

Na data de relato, as Provisões são revistas e ajustadas para que assim possam reflectir melhor a estimativa a essa data.

Por sua vez, os Passivos Contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, no entanto são divulgados sempre que a possibilidade de existir exfluxo englobando benefícios económicos não seja remota. Tal como os Passivos Contingentes, os Activos Contingentes também não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, ocorrendo a sua divulgação apenas quando for provável a existência de um influxo.

3.2.10 Financiamentos Obtidos

Empréstimos obtidos

Os “Empréstimo Obtidos” encontram-se registados, no passivo, pelo valor nominal líquido dos custos com a concessão desses empréstimos. Os “Encargos Financeiros” são reconhecidos como gastos do período, constando na Demonstração dos Resultados na rubrica “Juros e gastos similares suportados”.

E/ou

Os “Encargos Financeiros” de “Empréstimos Obtidos” relacionados com a aquisição, construção ou produção de “Investimentos” são capitalizados, sendo parte integrante do custo do activo. A capitalização destes encargos só inicia quando começam a ser incorridos dispêndios com o activo e prolongam-se enquanto estiverem em curso as actividades indispensáveis à preparação do activo para o seu uso ou venda. A capitalização cessa quando todas as actividades necessárias para preparar o activo para o seu uso venda estejam concluídas. Há suspensão da capitalização durante períodos extensos em que o desenvolvimento das actividades acima referidas seja interrompido. Rendimentos que advenham dos empréstimos obtidos antecipadamente relacionados com um investimento específico são deduzidos aos encargos financeiros elegíveis para capitalização.

Locações

Os contratos de locações (leasing) são classificados como:

- Locações financeiras quando por intermédio deles são transferidos, de forma substancial, todos os riscos e vantagens inerentes à posse do activo sob o qual o contrato é realizado; ou
- Locações operacionais quando não ocorram as circunstâncias das locações financeiras.

De referir que as locações estão classificadas de acordo com a característica qualitativa da “Substância sobre a forma”, isto é, a substância económica sobre a forma do contrato.

Os Activos Fixos Tangíveis que se encontram na Entidade por via de contratos de locação financeira são contabilizados pelo método financeiro, sendo o seu reconhecimento e depreciações conforme se encontra referido no ponto 3.2.1. das Políticas Contabilísticas.

Os juros decorrentes deste contrato são reconhecidos como gastos do respectivo período, respeitando sempre o pressuposto subjacente do Regime do Acréscimo. Por sua vez os custos directos iniciais são acrescidos ao valor do activo (poe exemplo: custos de negociação e de garantia).

Não havendo certeza razoável que se obtenha a propriedade, no final do prazo de locação, o activo é depreciado durante o prazo da locação ou a sua vida útil, o que for mais curto.

Tratando-se de uma locação operacional as rendas são reconhecidas como gasto do período na rubrica de “Fornecimentos e Serviços Externos”.

3.2.11 Estado e Outros Entes Públicos

4 Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros:

Não se verificaram quaisquer efeitos resultantes de alteração voluntária em políticas contabilísticas.

5 Ativos Fixos TangíveisOutros Ativos Fixos Tangíveis

A quantia escriturada bruta, as depreciações acumuladas, a reconciliação da quantia escriturada no início e no fim dos períodos de 2013 e de 2014, mostrando as adições, os abates e alienações, as depreciações e outras alterações, foram desenvolvidas de acordo com o seguinte quadro:

Descrição	2013					Saldo final
	Saldo inicial	Aquisições / Dotações	Abates	Transferências	Revalorizações	
Custo						
Terrenos e recursos naturais	0,00	0,00				0,00
Edifícios e outras construções	3.418.971,41	29.880,97				3.448.852,38
Equipamento básico	537.532,03	2.348,51				539.880,54
Equipamento de transporte	147.069,58	7,23	13.306,42			133.770,39
Equipamento Administrativo	202.576,04	0,00				202.576,04
Outros Activos fixos tangíveis	14.025,80	0,00				14.025,80
Total	4.320.174,86	32.236,71	13.306,42	0,00	0,00	4.339.105,15
Depreciações acumuladas						
Terrenos e recursos naturais	0,00	0,00				0,00
Edifícios e outras construções	712.034,27	79.697,37				791.731,64
Equipamento básico	474.266,81	18.222,14				492.488,95
Equipamento de transporte	104.600,70	4.807,24				109.407,94
Ferramentas e Utensílios	8.093,99	126,80				8.220,79
Equipamento administrativo	187.978,21	5.033,88				193.012,09
Outros Activos fixos tangíveis	7.136,71	879,63				8.016,34
Total	1.494.110,69	138.431,95	0,00	0,00	0,00	1.602.877,75

Descrição	2013			Saldo final
	Saldo inicial	Aumentos	Reduções	
Custo				
Terrenos e recursos naturais	0,00			0,00
Edifícios e outras construções	0,00	0,00		0,00

Equipamento básico	0,00	0,00		0,00
Equipamento de transporte	0,00	0,00		0,00
Equipamento administrativo	0,00	0,00		0,00
Outros Activos fixos tangíveis	0,00	0,00		0,00
Total	0,00	0,00	0,00	0,00

Descrição	2014					Saldo final
	Saldo inicial	Aquisições / Dotações	Abates	Transferências	Revalorizações	
Custo						
Terrenos e recursos naturais	0,00	0,00				0,00
Edifícios e outras construções	3.448.852,38	9.125,10				3.457.977,48
Equipamento básico	539.880,54	8.402,10				548.282,64
Equipamento de transporte	133.770,39	21.892,48				155.662,87
Equipamento Administrativo	202.576,04	6.919,11				209.495,15
Outros Activos fixos tangíveis	14.025,80	0,00				14.025,80
Total	4.339.105,15	46.338,79	13.306,42	0,00	0,00	4.385.443,94
Depreciações acumuladas						
Terrenos e recursos naturais	0,00	0,00				0,00
Edifícios e outras construções	791.731,64	78.210,86				869.942,50
Equipamento básico	492.488,95	30.661,53				523.150,48
Equipamento de transporte	109.407,94	283,20				109.691,14
Ferramentas e Utensílios	8.220,79	126,80				8.347,59
Equipamento administrativo	193.012,09	4.857,03				197.869,12
Outros Activos fixos tangíveis	8.016,34	879,63				8.895,97
Total	1.602.877,75	115.019,05	0,00	0,00	0,00	1.717.896,80

Descrição	2014			Saldo final
	Saldo inicial	Aumentos	Reduções	
Custo				
Terrenos e recursos naturais	0,00			0,00
Edifícios e outras construções	0,00			
Equipamento básico	0,00			
Equipamento de transporte	0,00			
Equipamento administrativo	0,00			
Outros Activos fixos tangíveis	0,00			
Total	0,00			

Propriedades de Investimento

(Não se aplica)

6 Activos IntangíveisBens do domínio público

(Não se aplica)

Outros Activos Intangíveis

(Não se aplica)

7 Locações

(Não se aplica)

8 Custos de Empréstimos Obtidos

Os encargos financeiros relacionados com empréstimos obtidos são usualmente reconhecidos como gastos à medida que são incorridos.

Descrição	2014			2013		
	Corrente	Não Corrente	Total	Corrente	Não Corrente	Total
Empréstimos Bancários	0,00	0,00	0,00	10.000,00	0,00	10.000,00
Locações Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Descobertos Bancários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contas caucionadas			0,00			0,00
Contas Bancárias de Factoring			0,00			0,00
Contas bancárias de letras descontadas			0,00			0,00
Outros Empréstimos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total	0,00	0,00	0,00	10.000,00	0,00	10.000,00

9 Inventários

Em 31 de Dezembro de 2014 e de 2013 a rubrica "Inventários" apresentava os seguintes valores:

Descrição	2013				2014		
	Inventário inicial	Compras	Reclassificações e Regularizações	Inventário final	Compras	Reclassificações e Regularizações	Inventário final
Mercadorias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	15.212,94	220.577,24	0,00	7.352,05	232.187,11		1.660,06
Produtos acabados e intermédios	0,00		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Subprodutos, desperdícios, resíduos e refugos	0,00		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Produtos e trabalhos em	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

curso							
Total	15.212,94	220.577,24	0,00	7.352,05	232.187,11		1.660,06
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas				228.438,13			237.879,10
Variações nos inventários da produção				0,00			0,00

10 Rédito

Para os períodos de 2014 e 2013 foram reconhecidos os seguintes Réditos:

Descrição	2014	2013
Vendas	0,00	0,00
Prestação de Serviços		
Quotas de utilizadores	499.291,13	487.674,40
Quotas e jóias	4.258,50	5.577,50
Promoções para captação de recursos	0,00	0,00
Rendimentos de patrocinadores e colaborações	0,00	0,00
Juros	36.327,90	48.487,68
Royalties	0,00	0,00
Dividendos	0,00	0,00
Total	539.877,53	541.739,58

11 Provisões, passivos contingentes e activos contingentes

(Não se aplica)

12 Subsídios do Governo e apoios do Governo

A 31 de Dezembro de 2014 e 2013, a Entidade tinha os seguintes saldos nas rubricas de "Subsídios do Governo" e "Apoios do Governo":

Descrição	2014	2013
Subsídios do Governo		
ISS, IP - Centro Distrital	961.844,63	1.001.903,48
Câmara Municipal de V. N. de Famalicão	13.707,61	18.118,34
Junta de Freguesia de antas	1.200,00	1.440,00
POPH	46.351,99	58.429,73
ECOBairro das Lameiras	0,00	14.111,36
IEFP	22.443,04	13.182,42
Outros/Vários	3.718,92	6.160,63
Acordo Câmara AML	108.000,00	108.000,00
ISS IP - Serviços Centrais		0,00
Total	1.157.266,19	1.221.345,96

13 Efeitos de alterações em taxas de câmbio

(Não se aplica)

14 Imposto sobre o Rendimento

(Não se aplica)

15 Benefícios dos empregados

O número de membros dos órgãos directivos, nos períodos de 2014 e 2013, foram, respetivamente 13 em ambos os anos.

O número médio de pessoas ao serviço da Entidade em 31/12/2014 foi de 86 e em 31/12/2013 foi de 84.

Os gastos que a Entidade incorreu com os funcionários foram os seguintes:

Descrição	2014	2013
Remunerações aos Órgãos Sociais	0,00	0,00
Remunerações ao pessoal	877.028,88	854.935,27
Benefícios Pós-Emprego	0,00	0,00
Indemnizações	0,00	0,00
Encargos sobre as Remunerações	187.610,77	179.049,22
Seguros de Acidentes no Trabalho e Doenças Profissionais	8.499,96	7.548,69
Gastos de Acção Social	0,00	0,00
Outros Gastos com o Pessoal	32.260,90	27.999,74
Total	1.105.400,51	1.069.532,92

16 Divulgações exigidas por outros diplomas legais

A Entidade não apresenta dívidas ao Estado em situação de mora, nos termos do Decreto-Lei 534/80, de 7 de Novembro.

Dando cumprimento ao estabelecido no Decreto-Lei 411/91, de 17 de Outubro, informa-se que a situação da Entidade perante a Segurança Social se encontra regularizada, dentro dos prazos legalmente estipulados.

17 Outras Informações

De forma a uma melhor compreensão das restantes demonstrações financeiras, são divulgadas as seguintes informações.

17.1 Investimentos Financeiros

Nos períodos de 2014 e 2013, a Entidade detinha os seguintes “Investimentos Financeiros”:

Descrição	2014	2013
Investimentos em subsidiárias	0,00	0,00
Método de Equivalência Patrimonial	0,00	0,00
Outros Métodos	0,00	0,00

Investimentos em associadas	0,00	0,00
Método de Equivalência Patrimonial	0,00	0,00
Outros Métodos	0,00	0,00
Investimentos em entidades conjuntamente controladas	0,00	0,00
Método de Equivalência Patrimonial	0,00	0,00
Outros Métodos	0,00	0,00
Investimentos noutras empresas	0,00	0,00
Outros investimentos financeiros	178,22	0,00
Perdas por Imparidade Acumuladas	0,00	0,00
Total	178,22	0,00

17.2 Clientes e Utentes

Para os períodos de 2014 e 2013 a rubrica “Clientes” encontra-se desagregada da seguinte for:

Descrição	2014	2013
Clientes e Utentes c/c		
Clientes	0,00	0,00
Utentes	4.865,36	0,00
Clientes e Utentes títulos a receber		
Clientes	0,00	0,00
Utentes	0,00	0,00
Clientes e Utentes factoring		
Clientes		
Utentes		
Clientes e Utentes cobrança duvidosa		
Clientes		
Utentes		
Total	4.865,36	0,00

17.3 Outras contas a receber

A rubrica “Outras contas a receber” tinha, em 31 de Dezembro de 2014 e 2013, a seguinte decomposição:

Descrição	2014	2013
Remunerações a pagar ao pessoal	0,00	0,00
Adiantamentos ao pessoal	0,00	0,00
Adiantamentos a Fornecedores de Investimentos	0,00	0,00
Devedores por acréscimos de rendimentos	0,00	0,00
Outras operações	0,00	0,00
Outros Devedores	48.606,08	112.805,61
Perdas por Imparidade	0,00	0,00
Total	48.606,08	112.805,61

17.4 Diferimentos

Em 31 de Dezembro de 2014 e 2013, a rubrica “Diferimentos” englobava os seguintes saldos:

Descrição	2014	2013
Gastos a Reconhecer		
	0,00	0,00
Total	0,00	0,00
Rendimentos a Reconhecer		
	8.054,01	65.994,60
Total	8.054,01	65.994,60

17.5 Outros Ativos Financeiros

Descrição	2014	2013
Ativos Financeiros	0,00	535.500,00
Total	0,00	535.500,00

17.6 Caixa e Depósitos Bancários

A rubrica de “Caixa e Depósitos Bancários”, a 31 de Dezembro de 2014 e 2013, encontrava-se com os seguintes saldo:

Descrição	2014	2013
Caixa	1.302,27	3.005,85
Depósitos à ordem	163.767,87	297.644,13
Depósitos a prazo	1.636.109,56	900.000,00
Outros	0,00	0,00
Total	1.801.179,70	1.200.649,98

17.7 Fundos Patrimoniais

Nos “Fundos Patrimoniais” ocorreram as seguintes variações:

Descrição	Saldo Inicial	Aumentos	Diminuições	Saldo Final
Fundos	5.437,45	0,00	0,00	5.437,45
Excedentes técnicos	0,00	0,00	0,00	0,00
Reservas	0,00	0,00	0,00	0,00
Resultados transitados	2.192.137,37	188.415,94	0,00	2.380.553,31
Excedentes de revalorização	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras variações nos fundos patrimoniais	1.930.917,20	0,00	-48.665,49	1.882.251,71
Total	4.128.492,02	149.815,23	-48.665,49	4.268.242,47

17.8 Fornecedores

O saldo da rubrica de “Fornecedores” é discriminado da seguinte forma:

Descrição	2014	2013
Fornecedores c/c	24.904,63	0,00
Fornecedores títulos a pagar	0,00	0,00
Fornecedores facturas em recepção e conferência	0,00	0,00
Total	24.904,63	0,00

17.9 Estado e Outros Entes Públicos

A rubrica de “Estado e outros Entes Públicos” está dividida da seguinte forma:

Descrição	2014	2013
Activo		
Imposto sobre o Rendimentos das Pessoas Colectivas (IRC)	0,00	
Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA)	2.474,97	4.019,78
Outros Impostos e Taxas	0,00	
Total	2.474,97	4.019,78
Passivo		
Imposto sobre o Rendimentos das Pessoas Colectivas (IRC)	0,00	0,00
Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA)	0,00	0,00
Imposto sobre o Rendimentos das Pessoas Singualres (IRS)	6.315,56	5.601,63
Segurança Social	20.950,97	19.391,30
Outros Impostos e Taxas	23,20	0,00
Total	27.289,73	24.992,93

17.10 Outras Contas a Pagar

A rubrica “Outras contas a pagar” desdobra-se da seguinte forma:

Descrição	2014		2013	
	Não Corrente	Corrente	Não Corrente	Corrente
Pessoal				
Remunerações a pagar		168.230,16		155.539,96
Cauções	0,00		0,00	
Outras operações		0,00		0,00
Perdas por imparidade acumuladas		0,00		0,00
Fornecedores de Investimentos		0,00		0,00
Credores por acréscimo de gastos		0,00		0,00
Outros credores		4.483,76		33.119,37
Total	0,00	172.713,92	0,00	188.659,33

17.11 Subsídios, doações e legados à exploração

A Entidade reconheceu, nos períodos de 2014 e 2013, os seguintes subsídio, doações, heranças e legados:

Descrição	2014	2013
Subsídios do Estado e outros entes públicos	1.157.266,19	1.221.345,96
Subsídios de outras entidades	0,00	0,00
Doações e heranças	0,00	0,00
Legados	0,00	0,00
Total	1.157.266,19	1.221.345,96

Os “Subsídios e Apoios do Governo” estão divulgados de forma mais exaustiva na Nota 12.

17.12 Fornecimentos e serviços externos

A repartição dos “Fornecimentos e serviços externos” nos períodos findos em 31 de Dezembro de 2014 e de 2013, foi a seguinte:

Descrição	2014	2013
Subcontratos	0,00	0,00
Serviços especializados	179.423,81	181.608,49
Materiais	13.404,41	25.089,50
Energia e fluidos	90.738,25	80.533,11
Deslocações, estadas e transportes	2.956,41	1.207,22
Serviços diversos	33.581,91	34.315,19
Total	320.104,79	322.753,51

17.13 Outros rendimentos e ganhos

A rubrica de “Outros rendimentos e ganhos” encontra-se dividida da seguinte forma:

Descrição	2014	2013
Rendimentos Suplementares	10.389,64	11.471,35
Descontos de pronto pagamento obtidos	0,00	0,00
Recuperação de dívidas a receber	0,00	0,00
Ganhos em inventários	0,00	0,00
Rendimentos e ganhos em subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos	0,00	0,00
Rendimentos e ganhos nos restantes activos financeiros	0,00	0,00
Rendimentos e ganhos em investimentos não financeiros	0,00	0,00
Outros rendimentos e ganhos	127.740,35	176.493,08
Total	138.129,99	187.964,43

17.14 Outros gastos e perdas

A rubrica de “Outros gastos e perdas” encontra-se dividida da seguinte forma:

Descrição	2014	2013
Impostos	0,00	167,42
Descontos de pronto pagamento concedidos	0,00	0,00
Dívidas incobráveis	0,00	0,00
Perdas em inventários	0,00	0,00
Gastos e perdas em subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos	0,00	0,00
Gastos e perdas nos restantes activos financeiros	0,00	0,00
Gastos e perdas investimentos não financeiros	0,00	13.306,42
Outros Gastos e Perdas	31.563,49	16.293,91
Total	31.563,49	29.767,75

17.15 Resultados Financeiros

Nos períodos de 2014 e 2013 foram reconhecidos os seguintes gastos e rendimentos relacionados com juros e similares:

Descrição	2014	2013
Juros e gastos similares suportados		
Juros suportados	0,00	48,06
Diferenças de câmbio desfavoráveis	0,00	0,00
Outros gastos e perdas de financiamento	0,00	0,00
Total	0,00	48,06
Juros e rendimentos similares obtidos		
Juros obtidos	36.327,90	48.487,68
Dividendos obtidos	0,00	0,00
Outros Rendimentos similares	0,00	0,00
Total	36.327,90	48.487,68
Resultados Financeiros	36.327,90	48.439,62

17.16 Acontecimentos após data de Balanço

Não são conhecidos à data quaisquer eventos subsequentes, com impacto significativo nas Demonstrações Financeiras de 31 de Dezembro de 2014.

Após o encerramento do período, e até à elaboração do presente anexo, não se registaram outros factos susceptíveis de modificar a situação relevada nas contas.

As demonstrações financeiras para o período findo em 31 de Dezembro de 2014 foram aprovadas pela Assembleia-geral em 23/03/2015.

Vila Nova de Famalicão, 28 de Fevereiro de 2015

O Técnico Oficial de Contas



Liliana Azevedo Araújo
(TOC n.º 8077)

A Direção


